



# JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 3 de Dezembro de 2007



Série

Número 224

## Sumário

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DO  
PLANO E FINANÇAS  
**Despacho conjunto**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA  
**Aviso**

DIRECÇÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA  
**Declaração n.º 22/2007**

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
**Avisos**

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS  
**Avisos**  
**Anúncio de concurso**

**CARTÓRIO NOTARIAL PRIVADO DA RIBEIRA BRAVA**  
ASSOCIAÇÃO DE SENHORIOS E PROPRIETÁRIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DA MADEIRA  
**Constituição de associação**

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS****Despacho conjunto**

Considerando que na sequência da reestruturação da Secretaria Regional do Plano e Finanças, por Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/M, de 12 de Novembro, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Regional, IDR;

Considerando que torna-se necessário proceder à nomeação dos membros de direcção do referido Instituto;

Ao abrigo, do disposto no n.º 1, do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/M, de 12 de Novembro, e do Estatuto do Pessoal Dirigente aplicado por força do disposto no n.º 2 do citado artigo, em conformidade com os requisitos exigidos para a nomeação dos cargos de direcção superior e tendo em conta a competência técnica, as altas qualificações e experiência profissional, conforme currículos em anexo, determina-se o seguinte:

## 1. Nomear em regime de comissão de serviço:

- a) Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional, IDR, o licenciado Sílvio Jorge Andrade Costa
- b) Vice-Presidentes a licenciada Ana Maria Martins da Mota, e o licenciado Donato Filipe Fernandes de Gouveia.

2. O presente despacho conjunto produz efeitos por urgente conveniência de serviço a partir de 13 de Novembro de 2007.

Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional do Plano e Finanças, aos 13 dias do mês de Novembro de 2007.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim

O SECRETÁRIO REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS, José Manuel Ventura Garcês

## I - IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Sílvio Jorge de Andrade Costa  
Data de Nascimento: 16 de Julho de 1959  
Estado Civil: Casado  
Nacionalidade: Portuguesa

## II - FORMAÇÃO ACADÉMICA:

Licenciatura em Gestão de Empresas.

## III - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

## Carreira:

- Técnico da Direcção Regional de Estudos e Planeamento Educativo da SRE, entre 1981 e 1988.
- Ingresso na carreira Técnica Superior a partir de Maio de 1990.
- Transferência para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Emprego e Formação Profissional em Julho de 1996, com a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe.
- Técnico Superior Principal da Direcção Regional de Formação Profissional, em Março de 1997.
- Assessor da Direcção Regional de Formação Profissional, em Maio de 2000.
- Assessor Principal da Direcção Regional de Formação Profissional, em Outubro de 2001.

## Funções Dirigentes:

- Chefe de Divisão Administrativo do Centro Regional de Formação Profissional, de 1989 a 1993.
- Director de Serviços Administrativos, Financeiros e Patrimoniais da Direcção Regional de Formação Profissional, da 1993 a 1997.
- Desde Março de 1997 assumiu funções como Director Regional de Formação Profissional e por inerência Gestor da vertente FSE do POPRAM.

- Representante da Região na Comissão Nacional do Programa Leonardo.

- Representante da Região na Comissão Interministerial para o Emprego.

- Presidente da Comissão de Gestão do Fundo Autónomo para os programas co-financiados pelo FSE.

- Membro efectivo do Conselho Geral do INOFOR.

- Membro efectivo da Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Comunitária EQUAL.

- Nomeado Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários e por inerência Gestor do POPRAM III, com efeitos a partir de 10 de Julho de 2002.

- Renovação da comissão de serviço de Presidente do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, com efeitos a partir de 10 de Julho de 2005.

## IV - FORMAÇÃO:

- Seminário "A Situação Social na União Europeia - 2003" - 21/11/2003.

- Seminário de Divulgação do Anuário de Formação 2003 - Práticas de Educação/Formação Bem Sucedidas - 04/05/2004

- Seminário "A Situação Social na União Europeia - 2004" - 15/06/2004.

- Seminário "Avaliação da Criação e Destruição de Emprego em Portugal na Década 2000-2010" - 09/11/2005.

- "Jornadas Técnicas Autárquicas" - 05-06/10/2006.

- Sessão de Esclarecimento "Orientações sobre o Encerramento do POPRAM III" - 07/12/2006

- Seminário de Divulgação dos Programas de Acção Comunitária - 7.º Programa Quadro - 23/04/2007.

*Curriculum Vitae*

## IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Ana Maria Martins da Mota

Data e Local de Nascimento: 13 de Janeiro de 1965, Funchal

Estado Civil: Casada

Habilitações: Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Faculdade de Economia da Universidade Católica Portuguesa, 1989

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

2001- 2007 Vogal do Conselho Directivo do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários. Principais funções: Responsável pela Gestão dos Projectos Financiados (1) pelo FEDER no âmbito dos Programas Operacionais da Região Autónoma da Madeira incluídos no 2.º e 3.º Quadros Comunitários de Apoio (respectivamente, POPRAM II, POPRAM III) e do PRIME, nos projectos públicos de Urbanismo Comercial (URBCOM), e (2) pelo Fundo de Coesão. Representante da Região Autónoma da Madeira no Comité de Gestão do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico e Europeu (MFFEE) e nas Comissões de Acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e do Fundo de Coesão. Acompanhamento de missões de controlo de âmbito regional, nacional e comunitário, incluindo a participação na elaboração dos subsequentes exercícios de contraditório e implementação de recomendações resultantes das mesmas. Membro do Grupo Técnico de Avaliação do POPRAM III e do Grupo criado para o Estudo de Avaliação do Fundo de Coesão 1993-2006.

1997- 2001 Directora de Serviços de Fundos Comunitários, da Direcção Regional do Planeamento, da Secretaria Regional do Plano e Coordenação. Principais funções: Responsável pela gestão do POPRAM II, da Iniciativa Comunitária REGIS II e dos projectos da RAM financiados pelo Fundo de Coesão. Participação nas reuniões de Unidade de Gestão dos Programas e das Comissões de Acompanhamento dos Programas e do Fundo de Coesão, com especial destaque para a Comissão de Acompanhamento do Projecto de Ampliação do Aeroporto do Funchal. Colaboração na definição de regulamentos e manuais de gestão. Participação activa na Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento Turístico. Membro

do Grupo técnico de Avaliação do POPRAM II. Acompanhamento de missões de controlo de âmbito nacional e comunitário, incluindo a participação na elaboração dos subsequentes exercícios de contraditório e implementação de recomendações. Colaboração na preparação dos documentos de programação tendo em vista a aplicação dos fundos comunitários no período 2000-2006. Contributo para as actividades de planeamento da Região, nomeadamente Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006.

1993 - 1997 - Chefe de Divisão de Programas de Apoio ao Investimento, da Direcção Regional do Planeamento, da Secretaria Regional das Finanças. Actividades desenvolvidas: Colaboração na gestão de projectos co-financiados pelo FEDER (POPRAM II e REGIS II) e Fundo de Coesão. Participação na Unidade de Gestão e na Comissão de Acompanhamento do POPRAM II. Coordenação dos trabalhos associados à implementação do PROCOM - Projectos de Urbanismo Comercial, da responsabilidade das Autarquias Locais. Acompanhamento de missões de controlo de âmbito nacional e comunitário, incluindo a participação na elaboração dos subsequentes exercícios de contraditório e implementação de recomendações.

1992 - 1993 - Técnica Superior de 2.ª Classe, da Direcção Regional do Planeamento, da Vice Presidência do Governo Regional. Actividades desenvolvidas: Análise de candidaturas aos Programas Financiados pelo FEDER, no POPRAM I (Programa da RAM no QCA I), e do Programa de Iniciativa Comunitária REGIS I, Verificação de Pedidos de Pagamento e Acompanhamento dos Fluxos Financeiros. Acompanhamento de missões de controlo de âmbito nacional e comunitário.

1990 - 1992 - Técnica Superior de 2.ª Classe da Direcção Regional do Planeamento, da Vice Presidência e Coordenação Económica do Governo Regional, sendo que o ingresso no Quadro de Pessoal se verificou em 28 de Agosto de 1992. Actividades desenvolvidas: Colaboração na gestão dos projectos FEDER financiados ao abrigo do Regulamento (CE) 1787/84, de 19 de Junho e membro da Estrutura de Apoio Técnico da Componente FEDER do Programa Operacional da RAM, no período 1990-1993, inserido no 1.º Quadro Comunitário de Apoio para Portugal. Acompanhamento de missões de controlo de âmbito nacional e comunitário.

1986 - 1990 - Professora do Ensino Secundário.

#### Formação Profissional:

Ações de Formação no domínio da Informática e em diversas plataformas informáticas 4D, PMS2 e Oracle subjacentes a programas informáticos de apoio à gestão e acompanhamento de programas financiados pelo FEDER - anos 1990/1991/1992/1994/2000).

Métodos de Avaliação dos Fundos Estruturais promovido pela Comissão Europeia - 1996.

Ação de Articulação entre a Inspeção Geral de Finanças e as entidades gestoras dos Fundos Comunitários na RAM - 1998.

Formação sobre Avaliação de Impacte Ambiental - 2000.

Programa Internacional de Gestão e Qualidade para os Quadros da Função Pública - 1993.

Seminários sobre os Estudos de Avaliação realizados no contexto dos Programas Operacionais do QCA II e QCA III - 1997; 2004 e 2006.

Ação de Articulação entre a Coordenação Nacional do Fundo de Coesão, a Inspeção Geral de Finanças e os Serviços de Controlo da DG REGIO - Maio 2005.

Conferência Anual "OPEN DAYS", organizada pela DG REGIO, em parceria com o Comité das Regiões - edições de 2005, 2006 e 2007

Seminários sobre a apresentação do 7.º Programa Quadro de Ciência e Tecnologia (Faculdade de Engenharia do Porto e no Museu da Empresa de Electricidade da Madeira, em respectivamente Maio 2006 e Julho de 2007).

Seminários organizados pela DG REGIO em Bruxelas:

- A locação específica criada pela Comissão Europeia para fazer face aos sobrecustos das Regiões Ultraperiféricas (RUP's), no período de programação 2007 - 2013 - Julho de 2006.

- Regions for Economic Changes - Junho de 2006;
- 4.º Fórum da Coesão - Setembro 2007;
- Qualidade na Administração Pública, 4.ª Conferência Internacional - Set. 2006.

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Donato Filipe Fernandes de Gouveia.

Data de Nascimento: 30 de Agosto de 1975.

Estado Civil: Solteiro.

Nacionalidade: Portuguesa.

#### 2 - FORMAÇÃO ACADÉMICO:

- Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

- Pós-Graduação em Estudos Europeus, promovido pelo Instituto de Estudos Superiores do Cine Forum do Funchal e ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

#### 3 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

- Estágio no Banco Mello, S.A., como Gestor de Conta, entre Agosto de 1997 e Fevereiro de 1998, como Gestor de Contas.

- Técnico Superior de 2.ª Classe na Direcção de Serviços do Fundo Social Europeu, da Direcção Regional de Formação Profissional, desde Março de 1998 a Abril de 2001, desempenhando as seguintes funções:

- Análise financeira de candidaturas;

- Análise financeira e técnico-pedagógica de saldos;

- Análise financeira de adiantamentos e reembolsos;

- Acompanhamento e controlo de acções de formação promovidos por entidades que recorrem a financiamento no âmbito do FSE;

- Representante da Direcção Regional de Formação Profissional na Comissão Local de Acompanhamento, inserida no âmbito do Programa de Rendimento Mínimo Garantido, nos concelhos da Calheta e do Porto Moniz, até Dezembro de 1998

- Membro suplente da Direcção Regional de formação Profissional na Comissão Regional de Selecção do Programa Iniciativa Comunitária PME;

- Participação, como representante da DRFP, na Comissão Regional de Selecção do Programa RIME

- Participação na elaboração do relatório de execução física e financeira da vertente FSE do POPRAM II, dos anos 1994-1999.

- Técnico Superior de 2.ª Classe na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, entre Maio de 2001 e Julho de 2002, sendo responsável pelas seguintes funções:

- Gestão de Carreiras;

- Elaboração da Lista de Antiguidades;

- Elaboração do Balanço Social;

- Controlo da Assiduidade;

- Inscrições para a Caixa Geral de Aposentações/ADSE;

- Elaboração do Mapa de Gerência;

- Elaboração de Orçamento de Pessoal;

- Definição das Quotas de Descongelamento;

- Coordenação da Elaboração do Relatório de Actividades de 2001 e do Plano de Actividades de 2002;

- Mapa de Férias;

- Formação Profissional dos Funcionários.

- Nomeado Técnico Superior de 1.ª Classe no quadro de pessoal da Direcção Regional de Formação Profissional com efeitos a partir de 19 de Fevereiro de 2003.

- Nomeado Técnico Superior Principal no quadro de pessoal da Direcção Regional de Formação Profissional com efeitos a partir de 14 de Junho de 2006.

- Nomeado em comissão de serviços de três anos no cargo de Vogal do Conselho Directivo do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, com efeitos a partir de 10 de Julho de 2002, através da Resolução n.º 745/2002, de 04/07/2002 do Conselho do Governo, publicada no JORAM n.º 74, I Série, de 16 de Julho de 2002.

- Renovação da comissão de serviços por três no cargo Vogal do Conselho Directivo do Instituto de Gestão de Fundos

Comunitários, com efeitos a partir de 10 de Julho de 2005, através da Resolução n.º 733/2005 do Conselho do Governo, publicada no JORAM n.º 61 I Série de 07. de Junho de 2005.

#### 4 -FORMAÇÃO PROFISSIONAL

##### Acções de Formação:

- Curso de Formação de Formadores ministrado pela Lusitanaforma - Formação e Consultoria, Lda., com a duração de 164 horas (14/09/98 a 16/12/98);
- Sessão de trabalho referente a “Acção de Articulação entre a Inspeção Geral de Finanças e as Entidades Gestoras dos Fundos Comunitários, na Região Autónoma da Madeira”, promovida pelo Gestor do POPRAM II e realizada na Direcção Regional de Formação Profissional, com a duração de 12 horas (21 e 22/12/98);
- Acção de formação com a Inspeção Geral de Finanças e com o D.A.F.S.E., promovida pelo gestor do POPRAM II e realizada na DRFP, com a duração total de 35 horas (1 a 5/03/99);
- Curso “O Tratado da União Europeia - e de Maastricht a Amsterdão”, promovido pela Direcção Regional da Administração Pública e Local, com a duração total de 24 horas (13 a 16/12/99);
- Curso “Técnicos Superiores Estagiários”, promovido pela Direcção Regional da Administração Pública e Local, com a duração total de 120 horas (2/5/2000 a 22/9/2000);
- Curso “Correio Electrónico”, promovido pela Madeira Tecnopolo, com a duração total de 7 horas (4/6/2000);
- Curso “Descoberta da Internet”, promovido pela Madeira Tecnopolo com a duração total de 7 horas (19/06/2000);
- Curso “Criação de Páginas Web”, promovido pela Madeira Tecnopolo com a duração de 21 horas (e a 8/11/2000);
- Curso “Gestão do Pessoal - Quadros e Carreiras na Administração Pública”, promovido pela Direcção Regional da Administração Pública e Local, com a duração total de 18 horas (de 16 a 18/05/2001);
- Curso “Administração Pública e o seu Regime Jurídico”, promovido pela Direcção Regional da Administração Pública e Local, com a duração total de 60 horas (28/5 a 8/6/2001);
- Curso “O Concurso de Pessoal na Administração Pública”, promovido pela Direcção Regional da Administração Pública e Local, com a duração total de 30 horas (20 a 24/05/2002);
- Curso “Comportamento Organizacional para a Produtividade na Administração Pública”, promovido pela Direcção Regional da Administração Pública e Local, com a duração total de 24 horas (09 a 12/12/2003);
- Curso “A Prestação de Contas e Responsabilidades Financeiras nos Serviços com Autonomia Administrativa”, promovido pela Direcção Regional da Administração Pública e Local, com a duração total de 24 horas (23 a 26/03/2004);
- Curso “SIADAP- A Avaliação de Desempenho das Pessoas e das Organizações”, promovido pela Direcção Regional da Administração Pública e Local, com a duração total de 12 horas (15 a 16/06/2004);
- Curso “FP05.2005 Manutenção de Sistemas de Gestão da Qualidade”, promovido pela DTIM -Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira, com a duração total de 14 horas (28/02/2005 a 01/03/2005);
- Curso “Qualificação de Auditores Internos ISO 9001:2000”, promovido pela SGS Portugal, S.A., com a duração total de 40 horas (22 a 31/03/2005);
- Curso “Gestão de Processos no Âmbito da norma NP EN ISO 9001:2000”, promovido pela APQ - Associação Portuguesa para a Qualidade., com a duração total de 21 horas (11 a 13/05/2005);
- Curso “Gestão e Controlo dos Dinheiros Públicos”, promovido pelo INA, com a duração de 12 horas (21 a 22/09/2006);
- “CAGEP- Curso Avançado da Gestão Pública” dirigida aos titulares de cargos de direcção superior da administração pública, promovido pelo INAc com a duração de 50 horas;
- “Curso Intensivo de Inglês”, promovido pela Escola de Línguas Self, com a duração de 32 horas.

##### Seminários:

- “A Toxicodependência - Fenómeno Contemporâneo”, promovido pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e realizado no Madeira Tecnopolo (5 a 6/06/1998);
- “Formação Profissional: Que Percursos?”, promovido e realizado pela DRFP, enquadrado no Programa da I Feira Regional de Formação Profissional (27/06/1998);
- “O Impacto do Euro na Economia Portuguesa”, promovido pela Escola Profissional Cristóvão Colombo (16/10/1998);
- “Inovação e Qualidade na Formação”, promovido pela DRFP (Março de 2001);
- “Seminário de Apresentação da Componente Fundo Social Europeu do POPRAM III”, promovido pela DRFP (12/07/2001);
- “Comércio e Distribuição em Portugal”, promovido pela DRFP (12/10/2001);
- “Acreditar na Qualidade, Investir na Inovação”, promovido pela DRFP (27/03/2003);
- “Avaliação Económico Financeira dos Investimentos Internacionais”, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Empresarial (12/06/2003);
- “ANova Estratégia Europeia para o Emprego”, promovido pelo Instituto Regional de Emprego (05/12/2003);
- “Factura Electrónica”, promovido pelo NESI (21/03/2006);
- “Sessão sobre a Estratégia de Lisboa”, promovida pelo Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (16/04/2007).

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA

### Aviso

Por despacho de 22 de Novembro de 2007, de Sua Exa. o Secretário-Geral da Assembleia Legislativa da Madeira:

ANA PAULA LUIS ABREU, ANA PAULA NEVES DE FARIAFRANCO e JOÃO CARLOS DA SILVA BASÍLIO, detentores da categoria de Adjunto Parlamentar Principal, da carreira de Adjunto Parlamentar, do Grupo de Pessoal Técnico-Profissional, na área de especialidade de Apoio Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, nomeados e promovidos, precedendo concurso, para a categoria de Adjunto Parlamentar Especialista, da mesma carreira, grupo, especialidade e quadro de pessoal, Escalão 1, Índice 280.

(Isento de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

Assembleia Legislativa da Madeira, aos 23 de Novembro de 2007.

O DIRECTOR DE SERVIÇOS, Gastão Duarte T. Sousa Jardim

## DIRECÇÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

### Declaração n.º 22/2007

Para os devidos efeitos, declara-se que a publicação do aviso da Vice-Presidência do Governo Regional, efectuada na página n.º 2, do Jornal Oficial, II Série, n.º 220, de 27 de Novembro de 2007, fica sem efeito.

Direcção Regional de Administração da Justiça, 3 de Dezembro de 2007.

**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

DIRECÇÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

**Aviso**

1. Faz-se público que por meu despacho de 27 de Novembro de 2007, no uso da delegação de competências previstas no ponto 1.1 do Despacho n.º 34/2005, de 20 de Abril, do Secretário Regional de Educação, publicado no JORAM, n.º 86, II Série, de 4 de Maio, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de distribuição do Jornal Oficial onde se encontra publicado o presente aviso, Concurso Interno de Ingresso, para preenchimento de 1 vaga de Assistente de Administração Escolar, no quadro de pessoal da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade - Secretaria Regional de Educação e Cultura, constante do anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/M, de 19 de Julho.

2. Lei aplicável - O presente concurso rege-se pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2007/M, de 12 de Janeiro, Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2006/M, de 19 de Julho, Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações preceituadas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

3. Prazo de validade - O concurso é válido para a vaga que por seu intermédio se pretende preencher e caducará logo que se verifique o seu provimento.

4. Condições de candidatura - Poderão candidatar-se os indivíduos habilitados com o 11.º ano de escolaridade ou equivalente, que detenham vínculo a qualquer título à Função Pública.

5. Conteúdo funcional - O assistente de administração escolar desempenha, sob orientação do chefe de departamento/chefe de serviços de administração escolar/chefe de secção, funções de natureza executiva, enquadradas com instruções gerais e procedimentos bem definidos, com certo grau de complexidade, relativas a uma ou mais áreas de actividade administrativa, designadamente gestão de alunos, pessoal, orçamento, contabilidade, património, aprovisionamento, secretaria, arquivo e expediente.

No âmbito das funções mencionadas, compete ao assistente de administração escolar, designadamente:

- Recolher, examinar, conferir e proceder à escrituração de dados relativos às transacções financeiras e de operações contabilísticas;
- Assegurar o exercício das funções de tesoureiro, em regime de substituição, a nomear pelo Director/Conselho Executivo do estabelecimento de educação /ensino;
- Organizar e manter actualizados os processos relativos à situação do pessoal docente e não docente, designadamente o processamento dos vencimentos e registos de assiduidade;
- Organizar e manter actualizado o inventário patrimonial, bem como adoptar medidas que visem a conservação das instalações, do material e dos equipamentos;
- Desenvolver os procedimentos da aquisição de material e de equipamento necessários ao funcionamento das diversas áreas de actividade da escola;
- Assegurar o tratamento e divulgação da informação entre os vários órgãos da escola e entre estes e a comunidade escolar e demais entidades;
- Organizar e manter actualizados os processos relativos à gestão dos alunos;
- Providenciar o atendimento e a informação a alunos, encarregados de educação, pessoal docente e não docente e outros utentes da escola;

i) Preparar, apoiar e secretariar reuniões do Director/Conselho Executivo ou de outros órgãos, e elaborar as respectivas actas, se necessário.

6. Local de trabalho e vencimento - O local de trabalho será na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade, sita ao Sítio Lapa e Massapez, 9350 - 079 Ribeira Brava, e o lugar a preencher terá o vencimento correspondente ao escalão 1 da categoria no Novo Sistema Remuneratório (N.S.R.) da Função Pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, ou para o escalão a que na estrutura remuneratória da categoria para a qual se faz a promoção, corresponda o índice superior mais aproximado se o funcionário já vier auferindo remuneração igual ou superior à do escalão 1, sendo as respectivas condições de trabalho as genericamente em vigor para os funcionários da Administração Pública.

7. Os métodos de selecção a utilizar no concurso referido serão os seguintes:

7.1. Avaliação Curricular - Consistirá em avaliar as aptidões profissionais dos candidatos ponderando de acordo com as exigências da função: a Habilitação Académica de Base, onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida; a Formação Profissional, em que se ponderarão as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso; a Experiência Profissional, em que se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso é aberto, devendo ser avaliada, designadamente, pela sua natureza e duração e Classificação de Serviço, em que será ponderada através da sua expressão quantitativa, sem arredondamento.

7.2. Prova Escrita de Conhecimentos Específicos - A prova terá a duração de 60 minutos e versará sobre alguns dos seguintes temas, de acordo com o programa estabelecido no anexo ao Despacho Conjunto das Secretarias Regionais do Plano e da Coordenação e de Educação, publicado no JORAM n.º 240, II Série, de 15 de Dezembro de 1999:

- A - Regime Jurídico da Função Pública:  
Estrutura e orgânica da Secretaria Regional;  
Orgânica/Estrutura do respectivo serviço;  
Noções de Funcionário/Agente;  
Recrutamento e Selecção;  
Férias, Faltas e Licenças;  
Provimento e Posse;  
Duração e Horário de Trabalho;  
Progressão e Promoção;  
Regime Disciplinar;  
Código de Procedimento Administrativo;  
Pessoal Discente.
- B - Formação e Aperfeiçoamento Profissional: Pessoal Discente como destinatário.
- C - Contabilidade Pública:  
1) Serviços públicos:  
Noções e objectivos;  
Necessidades satisfeitas por serviços públicos;  
Regime de Administração e a sua caracterização.
- 2) Despesas e receitas públicas:  
Noções elementares sobre classificações legais;  
Classificação orgânica, económica e funcional.
- 3) Orçamento de Estado:  
Noção, princípios e regras;  
Dotações orçamentais e seu controle;  
Regime duodecimal e a sua inscrição;  
Cabimento.
- 4) Realizações de despesas:  
Aquisição de bens e serviços;  
Fases da realização de despesas;

Prazos para liquidação;

Reposição de saldos.

5) Plano Oficial de Contabilidade Pública:

Elaboração do balanço;

Elaboração da demonstração de resultados;

Critérios de valorimétrica;

Princípios contabilísticos.

D - Organização e Técnicas de Arquivo:

1) Documentos:

Conceito e tipos de documentos.

2) Classificações:

Conceito e tipos de classificação.

3) Arquivo:

Conceito e tipos de arquivo;

Instalações do arquivo;

Equipamento do arquivo;

Funcionamento do arquivo.

E - Cadastro de inventariação dos bens móveis do Estado:

Objectivo:

Ficha de identificação a nível do sistema de controlo profissional;

Recepção quantitativa e qualitativa.

7.3. A documentação relativa ao programa de provas de conhecimentos poderá ser consultada e adquirida na Direcção Regional de Administração Educativa, sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal ou na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade, sita ao Sítio Lapa e Massapez, 9350 - 079 Ribeira Brava, durante as horas de expediente.

7.4. Os resultados obtidos na aplicação dos métodos de selecção indicados no ponto seguinte serão classificados de "0 a 20" valores.

7.5. Os coeficientes de ponderação para os métodos de selecção utilizados são os seguintes:

- Avaliação Curricular - 2

- Prova Escrita de Conhecimentos Específicos - 4

7.6. A classificação final resultará da média aritmética ponderada da classificação obtida nos métodos de selecção referidos, nos termos da expressão abaixo indicada, consoante da acta de reunião do júri o sistema de classificação final, bem como os respectivos critérios de avaliação, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada:

$$C.F = (2AC + 4PECE) \div 6$$

8. Formalização de candidatura - De harmonia com as disposições aplicáveis deverão os candidatos entregar pessoalmente mediante recibo ou remeter pelo correio, com aviso de recepção à Direcção da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade o 'modelo tipo' que será adquirido na secretaria da mesma, sita ao Sítio Lapa e Massapez, 9350 - 079 Ribeira Brava, ou requerimento feito em papel de formato A4, branco ou cor pálida, solicitando a admissão ao concurso, devendo o mesmo ser acompanhado de Curriculum Vitae detalhado, actualizado e datado, declaração de tempo de serviço, fotocópia das fichas de classificação de serviço correspondentes a , e comprovativos das habilitações literárias e de formação profissional (onde conste o n.º de horas e as entidades formadoras) quando a possuam e desde que frequentada na actual categoria, sob pena de não serem susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

9. Adequação de dispensa dos documentos comprovativos da situação dos candidatos referida no modelo tipo de requerimento de admissão ao concurso, não os dispensa de apresentarem os documentos solicitados no ponto anterior até ao fim do prazo de entrega de candidaturas.

10. As falsas declarações serão punidas nos termos da Lei.

11. Em caso de igualdade de classificação observar-se-á o disposto nos números 1 e 3 do art.º 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12. A constituição do Júri será a seguinte:

Presidente:

- Ricardo António Nascimento, Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade - Campanário.

Vogais efectivos:

- Nádia Filipa Ascensão Pires Jardim, Técnica Superior de Segunda Classe da Direcção Regional de Administração Educativa;

- Elisa Maria Sousa Gomes, Chefe de Secção da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade - Campanário.

Vogais suplentes:

- João Manuel Freitas Gonçalves, Vice-Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade - Campanário;

- Inácio Adelino Dinis dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade - Campanário.

12.1. O Presidente do Júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º Vogal Efectivo.

13. Arelação de candidatos admitidos e lista de classificação final do concurso serão afixadas, no prazo legal estabelecido, na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade, sita ao Sítio Lapa e Massapez, 9350 - 079 Ribeira Brava.

14. O candidato, cujo processo não esteja instruído nos termos deste aviso, será excluído da admissão ao concurso.

Funchal, 28 de Novembro de 2007.

O DIRECTOR REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA, Jorge Manuel da Silva Morgado

### Aviso

1. Faz-se público que por meu despacho de 27 de Novembro de 2007, no uso da delegação de competências previstas no ponto 1.1 do Despacho n.º 34/2005, de 20 de Abril, do Secretário Regional de Educação, publicado no JORAM, n.º 86, II Série, de 4 de Maio, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de distribuição do Jornal Oficial onde se encontra publicado o presente aviso, Concurso Interno de Ingresso, para preenchimento de 1 vaga de Tesoureiro, no quadro de pessoal da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade - Secretaria Regional de Educação e Cultura, constante do anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/M, de 19 de Julho.

2. Lei aplicável - O presente concurso rege-se pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2007/M, de 12 de Janeiro, Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2006/M, de 19 de Julho, Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações preceituadas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

3. Prazo de validade - O concurso é válido para a vaga que por seu intermédio se pretende preencher e caducará logo que se verifique o seu provimento.

4. Condições de candidatura - Poderão candidatar-se os Assistentes Administrativos Especialistas com classificação de serviço não inferior a Bom, bem como de entre Assistentes Administrativos Principais com, pelo menos, três anos de serviço na categoria e com classificação de serviço não inferior a Bom, e que reúnam os requisitos gerais de admissão definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

5. Conteúdo funcional - Ao tesoureiro compete, sob orientação do chefe de departamento, chefe de serviços de administração escolar ou chefe de secção, exercer as funções relativas aos movimentos da tesouraria:

- a) Proceder a todas as operações de cobrança e pagamentos;
- b) Depositar as receitas;
- c) Proceder a levantamentos bancários;
- d) Controlar os saldos das contas bancárias;
- e) Registar e conferir o movimento diário da tesouraria;
- f) Escriturar documentos e livros próprios assim como elaborar guias de receita do Estado, guias de operações de tesouraria ou outras;
- g) Colaborar na elaboração dos balancetes e de outros indicadores de gestão financeira, o pedido do conselho administrativo.

6. Local de trabalho e vencimento - O local de trabalho será na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade, sita ao Sítio Lapa e Massapez, 9350 - 079 Ribeira Brava, e o lugar a preencher terá o vencimento correspondente ao escalão 1 da categoria no Novo Sistema Remuneratório (N.S.R.) da Função Pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, ou para o escalão a que na estrutura remuneratória da categoria para a qual se faz a promoção, corresponda o índice superior mais aproximado se o funcionário já vier auferindo remuneração igual ou superior à do escalão 1, sendo as respectivas condições de trabalho as genericamente em vigor para os funcionários da Administração Pública.

7. Os métodos de selecção a utilizar no concurso referido serão os seguintes:

7.1. Avaliação curricular - Consistirá em avaliar as aptidões profissionais dos candidatos ponderando de acordo com as exigências da função: a Habilitação Académica de Base, onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida; a Formação Profissional, em que se ponderarão as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso; a Experiência Profissional, em que se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso é aberto, devendo ser avaliada, designadamente, pela sua natureza e duração e Classificação de Serviço, em que será ponderada através da sua expressão quantitativa, sem arredondamento.

7.2. Prova escrita de conhecimentos específicos - Aprova terá a duração de 60 minutos e versará sobre alguns dos seguintes temas, de acordo com o programa estabelecido no anexo ao Despacho Conjunto das Secretarias Regionais do Plano e da Coordenação e de Educação, publicado no JORAM, n.º 240, II Série, de 15 de Dezembro de 1999:

- Estrutura e orgânica da Secretaria Regional;
- Orgânica/estrutura do respectivo serviço;
- Regime da administração financeira do Estado;
- Noção de serviços públicos;
- Despesas e receitas públicas - definição, classificação legal, classificação orgânica, económica e funcional;

- Realização de despesas - aquisição de bens e serviços, processamento, liquidação, verificação, autorização, pagamento e prazos, obras e reparações, contratos, competência para a realização de despesas e prazos de liquidação;

- Orçamento do Estado - noção geral, princípios e regras, elaboração e dotações orçamentais, regime duodecimal e sua isenção, execução e alterações orçamentais, cabimentos, fundo permanente, reposições e anulações;

- Orçamentos privativos;

- Conta geral do Estado - noção geral, estrutura, contas provisórias e sua constituição, distinção entre contas e orçamentos;

- Contas correntes com dotações orçamentais - duodécimos e regime de anos anteriores;

- Despesas correntes (Pessoal) - vencimentos de categoria e exercício, descontos legais, outros abonos;

- Guias de receita - reposição e anulação, reembolso e restituição;

- Fundo de maneiço;

- Conta de gerência.

7.3. A documentação relativa ao programa de provas de conhecimentos poderá ser consultada e adquirida na Direcção Regional de Administração Educativa, sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal ou na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade, sita ao Sítio Lapa e Massapez, 9350 - 079 Ribeira Brava, durante as horas de expediente.

7.4. Os resultados obtidos na aplicação dos métodos de selecção indicados no ponto seguinte serão classificados de "0 a 20" valores.

7.5. Os coeficientes de ponderação para os métodos de selecção utilizados são os seguintes:

- Avaliação Curricular - 2

- Prova Escrita de Conhecimentos Específicos - 4.

7.6. A classificação final resultará da média aritmética ponderada da classificação obtida nos métodos de selecção referidos, nos termos da expressão abaixo indicada, constando da acta de reunião do júri o sistema de classificação final, bem como os respectivos critérios de avaliação, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada:

$$C.F = (2AC + 4PECE) \div 6$$

8. Formalização de candidatura - De harmonia com as disposições aplicáveis deverão os candidatos entregar pessoalmente mediante recibo ou remeter pelo correio, com aviso de recepção à Direcção da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade o 'modelo tipo' que será adquirido na secretaria da mesma, sita ao Sítio Lapa e Massapez, 9350 - 079 Ribeira Brava, ou requerimento feito em papel de formato A4, branco ou cor pálida, solicitando a admissão ao concurso, devendo o mesmo ser acompanhado de Curriculum Vitae detalhado, actualizado e datado, declaração de tempo de serviço, fotocópia das fichas de classificação de serviço correspondentes a , e comprovativos das habilitações literárias e de formação profissional (onde conste o n.º de horas e as entidades formadoras) quando a possuam, sob pena de não serem susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

9. A declaração de dispensa dos documentos comprovativos da situação dos candidatos referida no modelo tipo de requerimento de admissão ao concurso, não os dispensa de apresentarem os documentos solicitados no ponto anterior até ao fim do prazo de entrega de candidaturas.

10. As falsas declarações serão punidas nos termos da Lei.

11. Em caso de igualdade de classificação observar-se-á o disposto nos números 1 e 3 do art.º 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12. A constituição do Júri será a seguinte:

Presidente:

Ricardo António Nascimento, Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade - Campanário.

Vogais efectivos:

- Nádia Filipa Ascensão Pires Jardim, Técnica Superior de Segunda Classe da Direcção Regional de Administração Educativa;

- Elisa Maria Sousa Gomes, Chefe de Secção da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade - Campanário.

Vogais suplentes:

- João Manuel Freitas Gonçalves, Vice-Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade - Campanário;

- Inácio Adelino Dinis dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade - Campanário.

12.1. O Presidente do Júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º Vogal Efectivo.

13. A relação de candidatos admitidos e lista de classificação final do concurso serão afixadas, no prazo legal estabelecido, na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade, sita ao Sítio Lapa e Massapez, 9350 - 079 Ribeira Brava.

14. O candidato, cujo processo não esteja instruído nos termos deste aviso, será excluído da admissão ao concurso.

Funchal, 28 de Novembro de 2007.

O DIRECTOR REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA, Jorge Manuel da Silva Morgado

### Aviso

Por despacho do Director Regional de Administração Educativa, de 26/11/2007, no uso da delegação de competências previstas no ponto 1.4 do Despacho n.º 34/2005, de 20/04/2005, do Secretário Regional de Educação, publicado no JORAM n.º 86, II Série, de 04/05/2005, foi autorizada a transferência à Ajudante de Acção Sócio-Educativa SANDRA JOSÉ JARDIM FERNANDES DE GÓIS NÓBREGA, do quadro de pessoal do Jardim de Infância "O Pinheirinho", para o quadro de pessoal do Infantário "Os Louros", com efeitos a partir de 01-12-2007.

Não carece de fiscalização prévia da S.R.T.C..

Funchal, 26/11/2007.

O DIRECTOR REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA, Jorge Manuel da Silva Morgado

### SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

#### Aviso

1 - Faz-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, de 13 de Novembro de 2007, está aberto procedimento concursal, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na II Série do Jornal Oficial da RAM, com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, em comissão de serviço pelo período de três anos, para o Quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos

Recursos Naturais, constante do Mapa I anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2005/M, de 16 de Maio, alterado pela Portaria n.º 162/2005, de 30 de Dezembro.

2 - Objectivo Global da Actividade - Realizar as actividades da Direcção de Serviços de Orçamento e Contabilidade, do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais estabelecidas no artigo 13.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2005/M, de 16 de Maio.

3 - Requisitos legais de recrutamento - poderão candidatar-se os funcionários licenciados em Economia, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo o provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004/M, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à Região Autónoma da Madeira, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de Julho.

4 - Perfil do candidato a seleccionar - Licenciatura em Economia com experiência na área de recursos financeiros e formação na mesma área.

5 - Local de trabalho - Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais - sito à Avenida Arriaga, 21-A, 9004-528 Funchal.

6 - Remuneração - a remuneração mensal para o cargo anunciado constante do Decreto-Lei n.º 383-A/87, de 23 de Dezembro, acrescido das despesas de representação correspondentes ao cargo e demais regalias aplicáveis aos funcionários da Administração Pública.

7 - Métodos de Selecção - avaliação curricular e entrevista pública.

8 - Processo de candidatura:

8.1. As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento em folhas de papel normalizado de formato A4 dirigido ao Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, datado e assinado.

8.2. Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (Nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, estado civil, data de nascimento, número e data de emissão do Bilhete de Identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone, se o tiver);

b) Identificação do cargo com referência ao número do Jornal Oficial onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura;

c) Habilitações Literárias;

d) Formação profissional (especializações, estágios, seminários, acções de formação, etc.);

e) Menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;

9. Os requerimentos de admissão dos candidatos deverão identificar o presente processo de selecção e serem instruídos com os seguintes documentos:

a) Fotocópia do documento autêntico ou autenticado comprovativo das habilitações literárias declaradas;

b) Fotocópia do documento autêntico ou autenticado comprovativo das acções de formação profissional declaradas;

c) Fotocópia do Bilhete de Identidade;

d) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, donde constem nomeadamente as funções que tem exercido e

respectivos períodos de exercício, bem como a formação profissional que possui, com indicação das entidades promotoras e datas de obtenção da formação;

e) Declaração passada pelos Serviços a que os candidatos se encontrem vinculados, autenticada com selo branco ou carimbo, da qual conste a existência do vínculo à função pública, a categoria que detêm e tempo de serviço efectuado nessa categoria, na carreira e na função pública, se for caso disso;

f) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito.

9.1 - Os candidatos do quadro de pessoal da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, ou que nela exerçam funções, são dispensados da apresentação dos elementos referidos nas alíneas a), b), c) e e) do Ponto 9, desde que constem documentos comprovativos no respectivo processo individual, devendo referir expressamente tal facto no seu requerimento de candidatura.

#### 10 - Composição do Júri:

Presidente:

- Eng.º José Miguel da Silva Branco, Chefe do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

Vogais efectivos:

- Dr.ª Angela Maria F. F. Brazão da Silva, Directora de Serviços do Planeamento, Gestão e Organização da Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (que substituirá o presidente, nas suas faltas ou impedimentos);

- Dr. Altino Agostinho de Sousa Freitas, Director do Gabinete Jurídico, do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

Vogal suplente:

- Dr. José António Viveiros de Sousa Maciel, Director de Serviços de Sistemas de Informação, Organização e Documentação, do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

11 - Os requerimentos de formalização das candidaturas devem ser entregues na Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, sita à Avenida Arriaga 21-A, Edifício Golden Gate, 4.º Piso, 9004 - 528 Funchal, mediante recibo, ou enviados pelo correio sob registo, com aviso de recepção, dentro do prazo de abertura do procedimento concursal, sob pena de não serem admitidas.

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, aos 27 de Novembro de 2007.

O CHEFE DO GABINETE, José Miguel da Silva Branco

#### Aviso

1 - Faz-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, de 13 de Novembro de 2007, está aberto procedimento concursal, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na II Série do Jornal Oficial da RAM, com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, em comissão de serviço pelo período de três anos, para o Quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, constante do Mapa I anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2005/M, de 16 de Maio, alterado pela Portaria n.º 162/2005, de 30 de Dezembro.

2 - Objectivo Global da Actividade - Realizar as actividades da Direcção de Serviços de Planeamento, do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais estabelecidas no artigo 16.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2005/M, de 16 de Maio.

3 - Requisitos legais de recrutamento - poderão candidatar-se os funcionários licenciados em Economia ou Direito, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo o provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004/M, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptado à Região Autónoma da Madeira, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de Julho.

4 - Perfil do candidato a seleccionar - Licenciatura em Economia ou Direito com experiência na área de Planeamento.

5 - Local de Trabalho - Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais - sito à Avenida Arriaga, 21-A, 9004 - 528 Funchal.

6 - Remuneração - a remuneração mensal para o cargo anunciado constante do Decreto-Lei n.º 383-A/87, de 23 de Dezembro, acrescido das despesas de representação correspondentes ao cargo e demais regalias aplicáveis aos funcionários da Administração Pública.

7 - Métodos de selecção - avaliação curricular e entrevista pública.

8 - Processo de candidatura:

8.1 - As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento em folhas de papel normalizado de formato A4 dirigido ao Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, datado e assinado.

8.2 - Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (Nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, estado civil, data de nascimento, número e data de emissão do Bilhete de Identidade e serviço de identificação que o emiteu, residência, código postal e telefone, se o tiver);

b) Identificação do cargo com referência ao número do Jornal Oficial onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura;

c) Habilitações Literárias;

d) Formação profissional (especializações, estágios, seminários, acções de formação, etc.);

e) Menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;

9. Os requerimentos de admissão dos candidatos deverão identificar o presente processo de selecção e serem instruídos com os seguintes documentos:

a) Fotocópia do documento autêntico ou autenticado comprovativo das habilitações literárias declaradas;

b) Fotocópia do documento autêntico ou autenticado comprovativo das acções de formação profissional declaradas;

c) Fotocópia do Bilhete de Identidade;

d) Curriculum vitae detalhado, datado e assinado, donde constem nomeadamente as funções que tem exercido e respectivos períodos de exercício, bem como a formação profissional que possui, com indicação das entidades promotoras e datas de obtenção da formação;

e) Declaração passada pelos Serviços a que os candidatos se encontrem vinculados, autenticada com selo branco ou carimbo, da qual conste a existência do vínculo à função pública, a categoria que detêm e tempo de serviço efectuado nessa categoria, na carreira e na função pública, se for caso disso;

f) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito.

9.1 - Os candidatos do quadro de pessoal da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, ou que nela exerçam funções, são dispensados da apresentação dos elementos referidos nas alíneas a), b), c) e e) do Ponto 9, desde que constem documentos comprovativos no respectivo processo individual, devendo referir expressamente tal facto no seu requerimento de candidatura.

#### 10 - Composição do Júri:

Presidente:

- Eng.º José Miguel da Silva Branco, Chefe do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

Vogais efectivos:

- Dr.ª Angela Maria F. F. Brazão da Silva, Directora de Serviços do Planeamento, Gestão e Organização da Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (que substituirá o presidente, nas suas faltas ou impedimentos);

- Dr. Altino Agostinho de Sousa Freitas, Director do Gabinete Jurídico, do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

Vogal suplente:

- Dr. José António Viveiros de Sousa Maciel, Director de Serviços de Sistemas de Informação, Organização e Documentação, do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

11 - Os requerimentos de formalização das candidaturas devem ser entregues na Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, sita à Avenida Arriaga 21-A, Edifício Golden Gate, 4.º Piso, 9004 -528 Funchal, mediante recibo, ou enviados pelo correio sob registo, com aviso de recepção, dentro do prazo de abertura do procedimento concursal, sob pena de não serem admitidas.

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, aos 27 de Novembro de 2007.

O CHEFE DO GABINETE, José Miguel da Silva Branco

#### Aviso

Pelo meu despacho n.º 136-D/2007, de 02/11, foi autorizada a reclassificação profissional do Viveirista, Carlos Alberto Câmara, na categoria de Jardineiro, escalão 7, índice 214, do Grupo de Pessoal Operário Qualificado, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural. (Isento de fiscalização prévia da S.R.M.T.C.).

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, 27 de Novembro de 2007.

O CHEFE DO GABINETE, José Miguel da Silva Branco

#### Aviso

Pelo meu despacho n.º 136-E/2007, de 02/11, foi autorizada a reclassificação profissional do Condutor de Empilhador, José Gregório Freitas Vieira, na categoria de Assistente Administrativo, escalão 1, índice 199, do Grupo de Pessoal Administrativo, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural. (Isento de fiscalização prévia da S.R.M.T.C.).

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, 27 de Novembro de 2007.

O CHEFE DO GABINETE, José Miguel da Silva Branco

#### DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

CONCURSO PÚBLICO N.º 3/DRADR-LQA/2007 PARA O  
"FORNECIMENTO DE LEVEDURA PARA A BIOFÁBRICA"

#### Anúncio de concurso

Fornecimentos

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Público (ACP)?

Não

#### SECÇÃO I - ENTIDADE ADJUDICANTE

##### I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, Direcção

Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural

À atenção de Gabinete Jurídico, 3.º andar

Endereço Edifício Golden Gate, Avenida Arriaga, n.º 21-A

Código postal 9004 528

Localidade / Cidade Funchal

País PORTUGAL

Telefone 291204200

Fax 291225708

##### I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Indicado em I.1)

##### I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO

Indicado em I.1)

##### I.4) ENDEREÇO ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO

Distinto (ver anexo A)

#### SECÇÃO II - OBJECTO DO CONCURSO

##### II.1) DESCRIÇÃO

##### II.1.2) Tipo de contrato de fornecimentos

Compra

##### II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante

Concurso Público n.º 3/DRADR-LQA/2007, para o "Fornecimento de levedura para a Biofábrica"

##### II.1.6) Descrição/objecto do concurso

Fornecimento anual de levedura "Torula Yeast" para a Biofábrica, conforme descrito no Caderno de Encargos

##### II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços

Biofábrica, Laboratório de Qualidade Agrícola, Estrada Eng.º Abel Vieira, 9135-260 Camacha

##### II.1.8) Nomenclatura

##### II.1.8.1) Classificação CPV (Common Procurement Vocabulary) \*

Objectos principais

Vocabulário principal Vocabulário complementar

15 89 80 00 9

##### II.1.9) Divisão em lotes

Não

##### II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração?

Não

##### II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO

Prazo em dias a partir da decisão de adjudicação

365 dias

#### SECÇÃO III - INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

##### III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

##### III.1.1) Cauções e garantias exigidas

5% do valor total do contrato

##### III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

##### III.2.1.1) Situação jurídica - Documentos comprovativos exigidos

Conforme Programa de Concurso e Caderno de Encargos

##### III.2.1.2) Capacidade económica e financeira - Documentos comprovativos exigidos

Conforme Programa de Concurso e Caderno de Encargos

##### III.2.1.3) Capacidade técnica - Documentos comprovativos exigidos

Conforme Programa de Concurso e Caderno de Encargos

#### SECÇÃO IV - PROCESSOS

##### IV.1) TIPO DE PROCESSO

Concurso público

##### IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta

B1) os critérios a seguir indicados (se possível, por ordem decrescente de importância)

- Qualidade da levedura - 55%

- Prazo de entrega - 30%

- Preço - 15%

Por ordem decrescente de importância: Sim

##### IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

**IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais**

Dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República

20

Custo 25 Moeda euros

Condições e forma de pagamento em numerário ou cheque emitido à ordem do tesoureiro do Governo Regional

**IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação**

Dias a contar da sua publicação no Diário da República

30

Hora 15 : 30

**IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação**

PT

**IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta**

Meses / Dias

60 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas

**IV.3.7) Condições de abertura das propostas****IV.3.7.2) Data, hora e local**

Dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas

Hora 10:00

Local Biofábrica, Estrada Eng.º Abel Vieira, n.º 262, 9135-260 Camacha

**SECÇÃO VI - INFORMAÇÕES ADICIONAIS****VI.1) Trata-se de um anúncio não obrigatório?**

Não

Anexo A

**L4) ENDEREÇO ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO**

Organismo Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Biofábrica

À atenção de Júri do Concurso

Endereço Estrada Eng.º Abel Vieira, n.º 262

Código postal 9135 260

Localidade / Cidade Camacha

País PORTUGAL

Telefone 291923300

Fax 291923360

Correio Electrónico madeiramed.sra@gov-madeira.pt

29/11/2007.

O DIRECTOR REGIONAL, Bernardo Melvill de Aratijo

**CARTÓRIO NOTARIAL PRIVADO DA RIBEIRA BRAVA****ASSOCIAÇÃO DE SENHORIOS E PROPRIETÁRIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

Gabriel José Rodrigues Fernandes, Notário:

Certifico para fins de publicação que por escritura lavrada a dezanove de Novembro de dois mil e sete, exarada de folhas cinco e seguintes, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número 85-A, deste Cartório Notarial, foi constituída uma associação denominada "ASSOCIAÇÃO DE SENHORIOS E PROPRIETÁRIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA", com sede na Rua Nova de São Pedro, n.º 3, 2.º andar, freguesia da Sé, concelho do Funchal", cujo objecto social é "promoção e na defesa do direito de propriedade e dos legítimos interesses dos associados nessa área específica, bem como a prestação aos mesmos de serviços técnicos, jurídicos, fiscais ou administrativos inerentes às respectivas propriedades".

Está conforme com o original

Cartório Notarial Privado da Ribeira Brava, dezanove de Novembro de 2007.

O NOTÁRIO, EM SUBSTITUIÇÃO, Assinatura ilegível

## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direcção Regional da Administração da Justiça.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda . . . . .	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas . . . . .	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas . . . . .	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas . . . . .	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas . . . . .	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas . . . . .	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

## EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

## ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série . . . . .	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries . . . . .	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries . . . . .	€ 63,78	€ 31,95;
Completa . . . . .	€ 74,98	€ 37,19.

Aestes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

## EXECUÇÃO GRÁFICA

Divisão do Jornal Oficial

## IMPRESSÃO

Divisão do Jornal Oficial

## DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

Preço deste número: € 3,62 (IVA incluído)